Silvia Lilian Ferro e Thaise Vieira Thomé (Orgs.)

MULHERES
ENTRE FRONTEIRAS

OLHARES INTERDISCIPLINARES
DESDE O SUL

coleção socialES

EDUNILA
Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Silvia Lilian Ferro e Thaíse Vieira Thomé
(Organizadoras)

MULHERES
ENTRE FRONTEIRAS

OLHARES INTERDISCIPLINARES
DESDE O SUL

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA
Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2019

© 2019 EDUNILA – Editora Universitária

Ficha catalográfica elaborada pela BIUNILA – Biblioteca Latino-Americana

M956 Mulheres entre fronteiras: olhares interdisciplinares desde o sul / Silvia Lilian Ferro e Thaíse Vieira Thomé (orgs.) - Foz do Iguaçu (PR): EDUNILA, 2019.

291 p. : il.

ISBN: 978-85-92964-08-5

1. Mulheres – igualdade de gênero. 2. Trabalho - mulheres. 3. Mulheres – políticas públicas. I. Ferro, Silvia Lilian (Org.). II. Thomé, Thaíse Vieira (Org.).

CDU (2. ed.): 305-055.2

Catalogação na fonte: Bibliotecária Lucia Giacomoni CRB 9/1799

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

EDUNILA – Editora Universitária
Av. Tancredo Neves, 6731 – Bloco 4
Caixa Postal 2044
Foz do Iguaçu – PR – Brasil
CEP 85867-970
Fones: +55 (45) 3529-2749 | 3529-2770 | 3529-2788
editora@unila.edu.br
www.unila.edu.br/editora

Impresso no Brasil. 2019
Foi feito o depósito legal

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Gustavo Oliveira Vieira *Reitor* Pro Tempore

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Mario René Rodríguez Torres *Coordenador-geral*
Edson Carlos Thomas *Administrador*
Francieli Padilha B. Costa *Programadora visual*
João Abner Santos Bezerra *Assistente em administração*
Natalia de Almeida Velozo *Revisora de textos*
Nelson Figueira Sobrinho *Editor de publicações*

CONSELHO EDITORIAL

Mario René Rodríguez Torres *Coordenador da Editora Universitária*
Nelson Figueira Sobrinho *Representante da Coordenação Executiva*
Elaine Aparecida Lima *Representante dos técnico-administrativos em educação da UNILA*
Yuli Andrea Ruiz Aguilar *Representante dos discentes da UNILA*
Ulises Bobadilla Guadalupe *Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT – UNILA)*
Laura Márcia Luiza Ferreira *Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH – UNILA)*
Marcela Boroski *Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN – UNILA)*
Debbie Guerra *Universidad Austral de Chile*
Norma Hilgert *Universidad Nacional de Misiones (Argentina)*
María Constantina Caputo *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*
Daniela Birman *Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*

EQUIPE EDITORIAL

Nelson Figueira Sobrinho *Preparação, edição e revisão de textos*
Natalia de Almeida Velozo *Revisão de textos (língua portuguesa) e normalização bibliográfica*
Mario René Rodríguez Torres *Revisão de textos (língua espanhola)*
Francieli Padilha B. Costa *Projeto gráfico, capa e diagramação*
Ricardo Dutra Rezende *Normalização bibliográfica*

AGRADECIMENTOS

A Él*, que con su amor infinito me sostiene, a las autoras y a quienes participaron del Ciclo.*

A EDUNILA y a los pareceristas externos que nos enriquecieron con sus observaciones. (SLF)

A todos os que neste caminho buscam novas perspectivas com maior equilíbrio entre os ambientes público e privado, em especial às pessoas que fizeram parte desta construção coletiva. (TVT)

DEDICATÓRIA

Ao João e à Maria. A construção de um futuro mais justo e inclusivo tem sido feita diariamente pensando em vocês. (TVT)

Y a José Francisco, Ulises, Ana Victoria, Victor Camilo y Malena por las mismas razones. (SLF)

APRESENTAÇÃO

Este livro surgiu como corolário do curso de extensão Ciclo de Formação em Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas, desenvolvido durante o ano de 2016 na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A decisão de publicá-lo teve como base a convicção de gerar perspectivas transversais e regionais em equidade de gênero, ultrapassando barreiras culturais, linguísticas e próprias de cada uma das nossas histórias nacionais. A luta por sociedades mais preocupadas com o bem-estar das pessoas não reconhece fronteiras, sejam geográficas, linguísticas ou disciplinares. Por isso, buscou-se apresentar, nesta obra, um olhar regional, presente não só em razão das nacionalidades e dos idiomas utilizados nos artigos, mas também nas perspectivas disciplinares, nas análises e nos temas.

O desafio da integração em meio à diversidade própria desta região trinacional encontra, nesta iniciativa, um fio condutor comum: a vocação para derrubar as desigualdades entre homens e mulheres, propiciando o debate nos espaços públicos além das universidades. Temos em conta as contradições das lutas para ressignificar e democratizar nossos espaços além da casa, ou seja, na sociedade, mas acreditamos na equidade como ferramenta para construir uma realidade mais justa.

O curso de extensão foi promovido em parceria com a Comissão da Mulher Advogada de Foz do Iguaçu (PR). Em

razão de a UNILA ser uma universidade bilíngue, as aulas foram ministradas em português e espanhol, idiomas também presentes nesta publicação.

O projeto foi desenvolvido tendo como público-alvo lideranças das mais diversas áreas de atuação da região da Tríplice Fronteira. Teve como principal objetivo desenvolver capacidades de análise na perspectiva de gênero e ferramentas teóricas capazes de promover a igualdade de gênero em suas áreas de atuação profissional, laboral ou de interesse social.

Quanto ao curso, a estrutura foi organizada em duas partes: no início, módulos teóricos e conceituais foram ministrados pela professora e coorganizadora, dra. Silvia Lilian Ferro, especialista nas áreas temáticas dos módulos. Os demais foram apresentados por especialistas de diferentes âmbitos públicos e líderes sociais com profundo conhecimento da matéria objeto deste curso, os quais relataram sua experiência profissional, visando um melhor aproveitamento dos conceitos trabalhados.

Para desenvolver o projeto, do qual este livro é parte e resultado, conformamos uma equipe de coordenação com integrantes de diferentes institucionalidades: a coordenadora-geral, professora doutora Silvia Lilian Ferro, pela UNILA, e a coordenadora-adjunta, advogada Thaíse Vieira Thomé, presidenta da Comissão da Mulher Advogada (2016-2018) da Ordem dos Advogados de Foz do Iguaçu (PR). Somaram-se dois discentes voluntários dos cursos de Ciências Políticas e Sociologia: Larissa Oliveira Torres (atualmente bacharel), que também participou como palestrante, apresentando dados de sua pesquisa para o seu

trabalho de conclusão de curso, e o discente Paulo Sá Telles, estagiário no Patronato Penitenciário de Foz do Iguaçu, onde se desenvolveu o Projeto Basta, que trabalha na recuperação de homens que praticaram violência doméstica tipificada na Lei Maria da Penha, a cargo das psicólogas Beatriz Chefer e Samanta Gottardi.

As primeiras três aulas foram ministradas pela coordenadora-geral, organizadas em módulos teóricos de quatro horas cada.

Módulo I

a) introdução ao tema;
b) o que é a perspectiva de gênero;
c) debate sobre o conceito de gênero;
d) a responsabilidade institucional e coletiva do cuidado;
e) utilidade destes conceitos para análise de políticas públicas.

Módulo II

a) gênero e emprego;
b) enfoque de gênero na análise do funcionamento de organizações, instituições e mercados de trabalho;
c) gênero e cuidados no mundo do trabalho;
d) estudos de casos.

Módulo III

a) gênero e orçamentos públicos;
b) análise em perspectiva de gênero de orçamentos públicos;
c) incorporação da perspectiva de gênero nos sistemas tributários;
d) ferramentas teóricas e metodologias quantitativas.

As palestras seguintes, sobre estudos de casos, foram ministradas na forma de minicursos com quatro horas de duração e proferidas por palestrantes de diferentes instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior, algumas das quais fazem parte desta publicação como autoras de artigos.

Um dos estudos de caso foi "Incorporação da perspectiva de gênero nas organizações e no emprego", apresentado por Maria Helena Guarezi na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Foz de Iguaçu. Formada pela Universidade Federal de Paraná (UFPR), Maria Helena Guarezi foi coordenadora do Programa de Incentivo à Equidade de Gênero da Itaipu Binacional. Na palestra, foi-nos apresentada a experiência concreta da incorporação da perspectiva de gênero em uma empresa pública autárquica brasileiro-paraguaia de geração de eletricidade, qualificada como "a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta". Um desafio maiúsculo, em razão das dimensões da empresa, da sua especificidade na participação do setor energético e da importância estratégica e econômica que possui para os dois países.

A organização deste livro segue os caminhos do diálogo na diversidade. Por esta razão, os artigos foram agrupados em função do "lugar de fala" de suas autoras. Com base nisto, a obra foi dividida nos seguintes módulos: "Olhares desde a academia", "Olhares desde o Direito" e "Olhares desde as organizações da sociedade civil", agrupamento que constitui também uma forma de se posicionar para o público leitor.

Em "Olhares desde a academia", os capítulos foram escritos por professoras de universidades federais brasileiras, que proferiram palestras no curso de extensão, e pela coorganizadora. Apesar de serem de diferentes nacionalidades e línguas, todas têm em comum a inclusão da perspectiva de gênero nas suas pesquisas, ainda que em campos disciplinares diversos.

A professora doutora Élen Cristiane Schneider, do Curso de Ciências Políticas e Sociologia – do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), uma das unidades acadêmicas da UNILA – proferiu a palestra "Trabalho doméstico e Justiça". Ela possui licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e cumpriu estágio doutoral na Université Paris IX. É também autora do artigo "Trabalho doméstico e Justiça. É preciso valorizar para despatriarcalizar".

A professora dra. Cynthia Mara Miranda, da Universidade Federal do Tocantins, apresentou a palestra "Enfoque de gênero na mídia, jornalismo e comunicação". Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Tocantins (2004), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2007) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2012). Atualmente, é professora no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Pesquisadora do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE), Cynthia é autora do artigo "Comunicar para a igualdade nos

meios de comunicação de massa: um desafio permanente", que também integra esta coletânea.

Larissa Oliveira Torres, bacharel em Ciências Políticas e Sociologia (UNILA) – que participou da equipe organizadora do curso de extensão e fez seu TCC sob orientação da professora doutora Silvia Lilian Ferro – proferiu a palestra de encerramento do curso, onde apresentou os resultados de sua pesquisa. Intitulado "A escola deve falar de gênero? Estudo de caso nas escolas de Ensino Fundamental de Foz do Iguaçu", o artigo também integra este livro. Sua pesquisa possui a originalidade de ter utilizado métodos quantitativos no trabalho de campo, quando o enfoque de gênero é geralmente abordado com metodologias qualitativas.

De nacionalidade argentina, a professora Silvia Lilian Ferro, no capítulo "Aportes de la Economía del Cuidado para un sistema público de cuidados en América Latina", coloca em debate as possíveis contribuições da Economia do Cuidado para ampliar políticas e sistemas públicos de cuidados na região. Ela é doutora pela Universidade Pablo de Olavide, Sevilha–Espanha, Departamento de Ciências Sociais, é pós-doutorada pelo Centro de Estudos Avançados da Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina, máster universitário em Pensamento Feminista, possui diploma em Estudios Avanzados de Tercer Ciclo, área Historia e Instituciones Económicas, ambos pela Universidad Pablo de Olavide (España) e diploma superior em Ciências Sociais, menção em Gênero e Políticas Públicas, pela Facultad Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO – Argentina); também é licenciada em História pela Universidad Nacional del Litoral (Argentina).

Em "Olhares desde o Direito", os capítulos são de autoria de advogadas inscritas na subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Foz de Iguaçu (OAB-FI). Formadas em diferentes universidades públicas e privadas da região, elas participaram do curso de extensão. A elas se une a também advogada Thaíse Vieira Thomé, que coorganizou o curso e este livro. Elas nos trazem um olhar enriquecido pela prática diária do Direito e, também, trabalham tenazmente para inserir esta temática nas organizações profissionais nas quais transitam. Os artigos, apesar de escritos de forma independente, se conectam entre si.

Adriana de Oliveira Vasconcellos Dandolini, autora do capítulo "O trabalho formal feminino e as desigualdades existentes na atualidade", provoca a reflexão a respeito da relação de poder instituída a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho formal fazendo uma análise histórica desde a Antiguidade até os dias atuais, num longo processo de rupturas e avanços. No texto, Adriana pontua a conquista de direitos obtidos pelas mulheres e retrata com maior profundidade a realidade das mulheres brancas e de classe média, sem desmerecer a luta de outros grupos, e apresenta avanços e possibilidades para uma maior igualdade de gênero no mercado de trabalho.

Shirley Lori Dupont, autora de "A necessidade de políticas públicas de redistribuição dos cuidados", pega um dos tópicos desenvolvidos nas fases iniciais do curso de extensão, a questão do Cuidado, e aprofunda a sua reflexão no quesito da redistribuição com equidade dessa responsabilidade fundamental para sustento das condições de

vida da população e propõe impulsionar a legislação para incentivar um reparto interpessoal e social mais igualitário do que existe atualmente.

Thaíse Vieira Thomé, presidente da Comissão da Mulher da OAB-FI (2016-2018), no seu artigo "A participação das mulheres nas empresas brasileiras: desafios e perspectivas", foca a sua reflexão nos postos de chefia nas empresas brasileiras, tão fortemente influenciadas por viés de gênero, demonstrando o afunilamento na trajetória profissional das mulheres ao topo das organizações. No texto, a autora apresenta as medidas necessárias para alterar este cenário e menciona o projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que pretende instituir cotas de gênero para a composição do conselho de administração de algumas empresas. Como fundadora de uma consultoria para empresas familiares, ela chama a atenção para um tema que precisa ser discutido no setor privado.

Na seção "Olhares desde as Organizações da Sociedade Civil", temos as instigantes contribuições de duas lideranças com profundo conhecimento e atuação em organizações da sociedade civil em planos nacionais e internacionais. Gabriela Cunha Ferraz, autora do capítulo "Multiculturalismo e relativização dos direitos das mulheres", advogada e mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Estrasburgo/França, e com ampla trajetória em organizações da sociedade civil no Brasil e em outros países, proferiu a palestra: "O pacto de enfrentamento à violência de gênero e os dados do Mapa da Violência diante o novo cenário político" no marco do curso de extensão, no Miniauditório da Universidade

Estadual do Oeste do Estado de Paraná (UNIOESTE), por conta da colaboração da professora dessa alta casa de estudos, a doutora Elaine Volpato.

Lilian Soto Badaui proferiu a palestra "Participación política de las mujeres y paridad en Paraguay" e é autora do capítulo "Mujeres, política, paridad y transformación social en Paraguay", que integra este livro. Doutora em Medicina e Cirurgia pela Universidad Nacional de Asunción (Paraguay), máster em Políticas Públicas e Administração pela Ohio University (EUA), Lilian tem diploma em Presupuestos Públicos Pro-Equidad de Género contra la pobreza en América Latina y el Caribe pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (México). Com intensa atuação política no seu país, Paraguai, ocupou cargos executivos de nível nacional, foi eleita duas vezes vereadora em Assunção e é cofundadora do Movimiento Kuña Pyrenda, pelo qual foi candidata presidencial em 2013. Atualmente, atua como pesquisadora do Centro de Documentación y Estudios (CDE), organização da sociedade civil do Paraguai a qual ficamos gratas pelo apoio para concretizar esta importante participação.

Esta é uma obra coletiva que dá continuidade aos debates iniciados e pretende ser uma ferramenta de aprofundamento teórico dos tópicos aqui desenvolvidos e fundamentalmente procura inspirar as lideranças de todos os âmbitos da atividade humana para continuar os esforços visando construir um mundo mais justo e solidário desde o nosso espaço transfronteiriço de culturas, línguas, nacionalidades, saberes, pertencimentos institucionais e projetos de vida. É o nosso olhar desde o Sul do Sul latino-

americano rumo à paridade, afinal este é o compromisso assumido pelos países da América Latina quando da aprovação do Consenso de Quito

> la paridad es uno de los propulsores determinantes de la democracia, cuyo fin es alcanzar la igualdad en el ejercicio del poder, en la toma de decisiones, en los mecanismos de participación y representación social y política, y en las relaciones familiares al interior de los diversos tipos de familias, las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales, y que constituye una meta para erradicar la exclusión estructural de las mujeres.
>
> CEPAL, 2007

As organizadoras

SUMÁRIO

21 Olhares desde a academia

Cynthia Mara Miranda
22 Comunicar para a igualdade nos meios de comunicação de massa: um desafio permanente

Élen Cristiane Schneider
38 Trabalho doméstico e justiça. É preciso valorizar para despatriarcalizar

Larissa Oliveira Torres
68 A escola deve falar de gênero? Estudo de caso nas escolas de Ensino Fundamental de Foz do Iguaçu

Silvia Lilian Ferro
110 Aportes de la Economía del Cuidado para un sistema público de cuidados en América Latina

147 Olhares desde o Direito

Adriana de Oliveira Vasconcellos Dandolini
148 O trabalho formal feminino e as desigualdades existentes na atualidade

Shirley Lori Dupont
172 A necessidade de políticas públicas para a redistribuição do cuidado

Thaíse Vieira Thomé
196 A participação das mulheres nas empresas brasileiras: desafios e perspectivas

241 Olhares desde as organizações da sociedade civil

Gabriela Cunha Ferraz
242 O multiculturalismo e a relativização dos direitos das mulheres

Lilian Soto Badaui
264 Mujeres, política, paridad y transformación social en Paraguay

OLHARES DESDE A ACADEMIA

COMUNICAR PARA A IGUALDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA: UM DESAFIO PERMANENTE

Cynthia Mara Miranda[1]

Introdução

Os meios de comunicação possuem um papel central nas sociedades democráticas porque disseminam informações, as quais contribuem para a formação da opinião pública. Porém, todos os dias, estereótipos e preconceitos são reforçados nos meios de comunicação, em um processo de renovação que lhes permite perdurar apesar das ações políticas capitaneadas em várias partes do mundo para superá-los.

A comunicação, entendida internacionalmente como um direito humano básico, implica, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins; pesquisadora do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) e do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero (NEDIG). *E-mail*: cynthiamara@uft.edu.br.

inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões, e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

A garantia ampla desse direito humano, nesse sentido, se faz necessária enquanto houver impeditivos (sejam eles sociais, políticos, econômicos ou técnicos) para a realização plena desse direito, e é dever e papel do Estado promover a pluralidade, a diversidade e a luta constante pela superação dessas desigualdades.

Em 1980, foi publicado o Relatório MacBride, construído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em um esforço para avançar no direito humano à comunicação. O relatório foi elaborado para analisar problemas da comunicação no mundo em sociedades modernas, particularmente em relação à comunicação de massa e à imprensa internacional, e, então, sugerir uma nova ordem comunicacional para resolver esses problemas e promover a paz e o desenvolvimento humano.

Após quase quatro décadas da publicação do Relatório MacBride, pouco se avançou na democratização dos meios de comunicação no mundo: o direito à comunicação, embora consagrado na constituição de muitos países, carece, na prática, de pleno usufruto por minorias culturais, sociais e linguísticas.

Uma das dimensões a serem consideradas na busca da garantia pelo direito humano à comunicação é a dimensão das relações de gênero – e aqui tratamos mais especificamente das questões relacionadas às mulheres. É inconcebível pensar uma comunicação humana em um contexto de desigualdade entre os gêneros. Há pouco mais de duas

décadas, a Plataforma de Ação de Pequim, decorrente da quarta Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995), cobrou dos governos do mundo um compromisso com o estabelecimento de medidas concretas de ação para fomentar uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres, mas também não houve muitos avanços na sua implementação. Para Lahni e Auad (2012, p. 8),

> Ter acesso à informação e exercer o Direito à Comunicação são, em um só tempo, processos, mecanismos, direitos e conquistas fundamentais para que as mulheres consigam sua emancipação e participem da política em suas variadas esferas: partidária, institucional, sindical, associativa e onde mais a cidadania ativa encontrar demandas.

Em termos gerais, os meios de comunicação de massa prestam escassa atenção para as questões que têm importância específica para as mulheres, como o movimento feminista ou as contribuições feitas por elas em várias esferas sociais. As mulheres têm sido ignoradas (com a mídia noticiando de forma rasa, estereotipada ou superficial fatos que remetam a alguma visibilidade da mulher), criminalizadas (como no caso da repercussão negativa sobre movimentos feministas), ou ridicularizadas sob pretextos humorísticos, inclusive quanto a sua condição em relação aos papéis sociais de gênero a que são submetidas (MORENO, 2014).

Ao observar os papéis que os meios de comunicação podem, ao mesmo tempo, desempenhar tanto no reforço

da desigualdade entre os gêneros como no incentivo ao avanço da igualdade, o presente artigo tem como objetivo compreender como as questões de gênero poderiam ser incorporadas pela mídia para democratizar a comunicação. Para desenvolver a proposta, inicialmente serão abordados os aspectos conceituais da comunicação na perspectiva de gênero. Na sequência, serão destacadas algumas das formas como as mulheres são alvo constante de discriminação nos meios midiáticos. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre os desafios impostos para a construção de uma comunicação para a igualdade.

Comunicação na perspectiva de gênero

Pensar a comunicação em uma perspectiva de gênero é fundamental para a garantia do direito humano à comunicação porque a adoção dessa perspectiva oferece uma ferramenta de análise, uma nova maneira de ver e de interpretar a realidade e as desigualdades presentes nos processos comunicativos entre mulheres e homens, as quais são reflexo das desigualdades que vivemos nos mais diversos espaços da sociedade.

Para Mattelart (1982), os meios de comunicação condicionam histórica e socialmente as mulheres para atender às necessidades de um sistema de poder para manter a coesão do corpo social, o que as coloca em condição de subalternidade. Adotar uma perspectiva de

gênero na comunicação abre a possibilidade para começar a questionar o sistema de poder, a reivindicar uma maneira diferente de relatar e analisar a realidade.

Para Rodal (2015), representar a realidade em toda a sua diversidade é representá-la de forma justa, algo necessário no fomento à tolerância nas sociedades democráticas. É necessário fugir dos estereótipos e mostrar a vida tanto dos homens como das mulheres em toda a sua riqueza e diversidade; é necessário trabalhar na área de comunicação em prol de difundir ideias, valores e representações positivas sobre a igualdade de gênero.

Os meios de comunicação precisam assumir sua responsabilidade na promoção do respeito à dignidade humana e na luta contra a discriminação das mulheres. Nessa missão, é possível destacar algumas ações, como trabalhar uma comunicação que não seja sexista; trabalhar pela maior difusão dos temas de gênero por meio da mídia; abrir novos espaços com esse enfoque; refletir sobre a presença da mulher na comunicação, sobretudo no que tange à maneira como ela é representada nas matérias, reportagens, entrevistas, notícias etc. O enfoque de gênero deveria ser parte da formação das trabalhadoras e trabalhadores dos meios de comunicação.

Nos últimos anos, temos acompanhado progressos extraordinários no campo das comunicações. Graças aos avanços tecnológicos, o acesso à informação foi ampliado e os acontecimentos do nível local ao nível global são visibilizados de forma cada vez mais democrática. Esse avanço propiciou a criação de novos canais para comunicação, especialmente relacionados à denominada mídia

alternativa, a qual representa um conjunto de veículos de comunicação (jornais, televisão, rádio, cinema e internet) que se contrapõem a uma hegemonia. Esses novos canais criaram novas oportunidades para a ampliação da igualdade entre os gêneros a partir do momento em que abriram novos espaços para participação das mulheres, dando voz a uma multiplicidade de perspectivas, enriquecendo e ampliando o debate.

O mesmo movimento não aconteceu, simultaneamente, com os meios de comunicação de massa, entendidos como aqueles que disseminam a informação para chegar a uma grande quantidade de receptores ao mesmo tempo e partindo de um único emissor.

Uma das grandes demandas dos movimentos feministas tem sido reivindicar que os meios de comunicação de massa incorporem a perspectiva de gênero em seus produtos, o que traz em evidência a luta contra o monopólio das comunicações. A Marcha Mundial das Mulheres, que é um movimento feminista internacional com representação no Brasil, destacou, no II Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), realizado em 2015, que

> Enquanto Marcha Mundial das Mulheres desenvolvemos muitas mídias contra-hegemônicas, como lambes, fanzines, boletins, programas de rádio e a própria batucada feminista para nos comunicarmos entre nós e para dar voz à nossa luta diária contra o machismo, o capitalismo, o racismo e a lgbtfobia. Estamos nas redes, ruas e roçados construindo alternativas e resistências para que todas sejamos livres. Logo, lutar contra o poder da mídia de massas que é patriarcal e elitista e pelo direito à

> comunicação democrática e popular também é nossa luta[2] (2015, p. 11).

Há tempos os movimentos feministas têm discutido o direito humano à comunicação, a necessidade de democratização da mídia e a representação da imagem das mulheres nos grandes meios, que alimenta e reproduz estereótipos e preconceitos. Em 2009, representantes dos movimentos feministas estiveram presentes na I Conferência Nacional de Comunicação, que discutiu e definiu os princípios e prioridades de uma política nacional e de um novo marco regulatório para o setor. Entre as mais de 600 propostas aprovadas pelos cerca de 1.500 delegados presentes, constava uma recomendação relacionada à necessidade da afirmação da comunicação como um direito humano. Vieira e Melo (2010) destacam que

> Das 672 propostas aprovadas na Confecom, pode-se contabilizar que cerca de 144 delas abordam a questão das TIC[3]; 84 citam a perspectiva de gênero e diversidade; 13 focam especificamente a questão da violência contra a mulher; 39 não deixam de ter relação com a violência contra a mulher; e 7 estão relacionadas à questão das TIC e da violência contra a mulher (VIEIRA; MELO, 2010, p. 5).

Por mais que as propostas da conferência não tenham sido materializadas em políticas públicas no país, a

2 DIREITO à comunicação: o que o feminismo tem com isso? Disponível em: http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/direito-a-comunicacao-o-que-o-feminismo-tem-com-isso/. Acesso em: 20 fev. 2017.

3 Tecnologias de Informação e Comunicação.

presença das feministas nesse espaço político de grande importância mostrou a necessidade do debate das políticas de comunicação na perspectiva de gênero.

Desigualdade na representação das mulheres na mídia brasileira

Ao reconhecer a existência de representações imagéticas desiguais entre homens e mulheres em nossa sociedade, é preciso compreender como essa representação desigual tem sido construída para que estratégias possam surgir para superá-las. As mulheres estão presentes nos meios de comunicação, mas estamos ausentes dos espaços chamados sérios. Para Moreno (2012), as mulheres aparecem na mídia vestidas ao gosto do século XXI, com valores ou problemas do século XX ou mesmo do século XIX.

Ao eleger a notícia como objeto empírico para visualizar a desigualdade de representação das mulheres na mídia, é possível observar com frequência três formas de discriminar no processo de produção jornalística: no ambiente laboral, onde a notícia é produzida; no lugar que a mulher ocupa na produção da notícia; e na forma como as mulheres são retratadas nas notícias.

O ambiente da produção da notícia é altamente hierarquizado, o que reflete na situação da mulher nesse espaço. Na relação patrão/patroa e empregado(a), situações de assédio moral e sexual têm sido vivenciadas pelas mulheres. Uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos

Jornalistas do Distrito Federal traz números assustadores: quase 80% das jornalistas entrevistadas relataram ter sofrido assédio moral no ambiente de trabalho por parte de chefes ou colegas[4]. Muitas jornalistas nem chegam a denunciar o abuso, possivelmente por medo de perder o emprego.

O lugar das mulheres na produção da notícia é um lugar menos valorizado. Segundo dados de uma pesquisa sobre o perfil profissional do jornalista brasileiro, desenvolvida para a Federação Nacional dos Jornalistas (2012), as mulheres compõem 64% do quadro de profissionais da área em atividade no país. No entanto, são minoria em cargos de chefia nos veículos e órgãos de comunicação, além de receberem salários menores que os dos homens. As profissionais ainda enfrentam desafios para ocupar áreas que são consideradas "masculinas", como é o caso da editoria de polícia e até mesmo de esporte. Algumas mulheres conseguem atuar nesses segmentos, mas ainda prevalece a visão de que mulher tem que cobrir editorias mais "leves", como saúde, geral e colunismo social. Os homens ocupam as áreas de maior prestígio e mais bem remuneradas no mercado da notícia, como é o caso do jornalismo econômico e político.

A forma como as mulheres são retratadas nas notícias em geral não prioriza a diversidade de representação. As mulheres continuam a ser pouco noticiadas, dão menos

4 MENEZES, Cynara. *Pesquisa mostra que 77,9% das mulheres jornalistas sofreram assédio moral no trabalho*. 8 jun. 2016. Disponível em: http://www.socialistamorena.com.br/mulheres-jornalistas-sofreram-assedio-moral. Acesso em: 20 fev. 2017.

opinião para os veículos de comunicação e tendem a ser vistas como coadjuvantes ou vítimas. Há ainda muito trabalho a fazer para que sejam protagonistas da notícia de uma forma positiva e não para reforçar estereótipos. Notícias na área da política constroem narrativas sutis ou até mesmo descaradas para reforçar a construção cultural de que esse é um espaço genuinamente masculino. Já as que tratam da violência contra as mulheres sempre ganham a atenção da mídia, mas sempre isoladas de seu contexto e consequências. Tais notícias tornam-se visíveis somente quando têm o potencial de atrair e prender atenção, personalizando-a, explorando imageticamente o sofrimento e a espetacularizando enquanto der audiência e não ferir interesses comerciais (MORENO, 2012).

Temas que dizem respeito a elas tendem a ser concentrados em datas específicas, como o Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Dia Internacional de Combate à Violência contra Mulher (25 de novembro), ou quando é divulgada alguma pesquisa nacional em que a população feminina é o foco.

Além disso, não é necessário muito esforço para localizar notícias em que as mulheres são retratadas como objeto sexual. Em recentes coberturas jornalísticas dadas aos casos de estupro coletivo – como o de uma garota de 16 anos, que ocorreu em uma favela da cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2016 – podemos identificar esse tipo de representação. Nesse episódio, foram várias as notícias em que a vítima foi culpabilizada pelo crime ao ser retratada como mãe solteira, usuária de drogas e moradora de favela, como se isso fosse uma justificativa para a ocorrência do

estupro. Quando a mídia coloca a mulher na posição de objeto e não de sujeito, alimenta a cultura do estupro, reforçando a visão de que a mulher é um objeto a ser possuído voluntária e involuntariamente.

A situação das mulheres vítimas de violência é um problema grave, e a mídia poderia contribuir para transformar esse cenário, levando ao debate esse problema social de forma mais aprofundada, com abrangência de conteúdo e ética, sem restringi-lo ao viés policial, muitas vezes sensacionalista e preconceituoso.

Desafios para pensar uma comunicação para a igualdade

O caminho para a promoção de uma comunicação voltada à igualdade envolve percalços que precisam ser superados; se a cobertura que prevalece nos meios de comunicação de massa é desigual, é preciso buscar estratégias para fomentar a comunicação na perspectiva de gênero capaz de garantir a representação igualitária de mulheres e homens – tanto nos conteúdos noticiosos como publicitários – livre de estereótipos, discursos discriminatórios e imagens que coisificam as mulheres e atentam contra sua dignidade (MORENO apud BABIKER; CHAHER; SPINETTA, 2016).

Para Celiberti (2014), a democracia exige do Estado não só velar pela distribuição equitativa da riqueza, mas procurar uma distribuição equitativa da palavra. A construção e a

perpetuação de um imaginário coletivo sexista tornam vulneráveis os direitos humanos das mulheres e atentam contra a busca da igualdade de gênero. Distribuir equitativamente a palavra, para a autora, significa dar espaço para a pluralidade de vozes e também para a diversidade de representações.

No que se refere aos instrumentos legais disponíveis para a mudança desse cenário, podemos destacar a Plataforma de Pequim (1995), que apontou como função dos Estados nacionais melhorar a imagem das mulheres nos meios e o acesso democrático tanto na estrutura laboral como nos cargos diretivos. Muitos anos se passaram e boa parte dos países do mundo que se comprometeram com a aplicação da plataforma não avançou nesse papel de promoção da igualdade de gênero nos meios de comunicação, como é o caso do Brasil.

Precisamos avançar em termos de criação e efetivação de políticas públicas de comunicação na perspectiva de gênero. Se a mídia nos impacta a cada segundo com imagens estereotipadas de mulheres, não bastará uma campanha ou uma série de capacitações, mas, sim, um compromisso de transformação cultural (MORENO, 2014).

Representar a realidade de forma a incorporar a diversidade é algo necessário no fomento à tolerância em qualquer sociedade. A violência contra a mulher, os direitos sexuais e reprodutivos, a representação política, o trabalho doméstico, as masculinidades, a diversidade sexual, entre tantos outros temas, poderiam ser trabalhados em profundidade pelos meios de comunicação, enfocando

a perspectiva de gênero para combater as violações dos direitos e a propagação de estereótipos. Para Babiker, Chaher e Spinetta,

> Los medios deben colaborar tanto en denunciar, y por tanto hacer responsables, a los individuos y las instituciones de los derechos vulnerados, como en difundir el paradigma de los derechos humanos y, por tanto, colaborar en que las y los sujetos conozcan y se apropien de sus derechos y los exijan. La ausencia de enfoque de derechos por parte de los medios de comunicación en ningún caso es positiva, ya que sin duda demora la implementación del círculo virtuoso de los derechos de reconocimiento, cumplimiento y garantía por parte de los Estados (2016, p. 18).

O acesso à comunicação como uma porta de entrada para a garantia dos demais direitos humanos básicos deveria estar disponível para qualquer cidadã ou cidadão. Eleger, ou mesmo determinar, que ela não deva ser oferecida a todas e todos não é uma função que deveria ser atribuída aos meios de comunicação de massa, os quais definem as vozes que devem ser ouvidas na mídia, bem como a forma com que devem ser representadas. Nessa lógica movida pelo capital e pelo monopólio das comunicações, presente em vários países do mundo, não há espaço para a diversidade e a pluralidade de vozes.

Diante dos desafios para pensar uma comunicação para a igualdade, por exemplo, podemos destacar a iniciativa da Comissão Jurídica e Social da Mulher da ONU, que elegeu como uma das prioridades temáticas de sua 62ª seção (2018) a participação da mulher nos meios de comunicação e seu

acesso a eles, à informação, às tecnologias da informação, bem como o seu impacto e utilização como instrumento de promoção e empoderamento das mulheres. A atitude é uma sinalização do reconhecimento que o problema da desigualdade entre os gêneros nos meios de comunicação precisa ser superado. Na mesma direção, Babiker e Chaher pontuam que

> Existe una preocupación a nivel global por el doble rol de la comunicación: como perpetuadora de estereotipos sexistas y reproductora de violencias; pero también como posible promotora de la igualdad, acorde al creciente compromiso internacional por la inclusión de los temas de género como elementos centrales de la agenda de los derechos humanos y del desarrollo. Existe la convicción de que el género debe ser parte de cualquier dinámica y propuesta de desarrollo, que no será posible avanzar en la lucha por las desigualdades globales si no se incluye la perspectiva de género como una de sus dimensiones, como ha quedado evidenciado en la aprobación de los Objetivos de Desarrollo Sustentable en 2015 (BABIKER; CHAHER apud BABIKER; CHAHER; SPINETTA, 2016, p. 20).

A comunicação, como um espaço central para a reprodução da cultura e dos valores, torna-se uma ferramenta com grande potencial para a transformação do paradigma de naturalização da violência e da perpetuação da desigualdade entre os gêneros para um modelo de respeito aos direitos. Incorporar essa perspectiva é uma forma de avançar na igualdade entre homens e mulheres – um movimento necessário tanto para a transformação social

quanto para a criação de políticas públicas que tornem a comunicação mais democrática. Os movimentos feministas têm sido protagonistas persistentes dessa luta, a qual exige enfrentar os donos dos monopólios que dominam os meios de comunicação de massa.

Referências

BABIKER, Sarah; CHAHER, Sandra; SPINETTA, Ana B. (org.). *Comunicación, género y derechos humanos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones, 2016.

CELIBERTI, Lilián. El debate sobre la Ley de Servicios Audiovisuales en Uruguay: un aporte a la democratización de los medios. *In*: CHAHER, Sandra (org.). *Políticas públicas de comunicación y género en América Latina*: un camino por recorrer. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2014.

DIREITO à comunicação: o que o feminismo tem com isso? *Marcha Mundial das Mulheres*. 16 abr. 2015. Disponível em: http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/direito-a-comunicacao-o-que-o-feminismo-tem-com-isso/. Acesso em: 20 fev. 2017.

LAHNI, Cláudia Regina; AUAD, Daniela. Comunicação na perspectiva da igualdade de gênero: apontamentos para o

debate sobre Marco Regulatório. *In*: BRITTOS, Valério Cruz; LOPES, Ruy Sardinha (org.). *Políticas de Comunicação e Sociedade*. São Paulo: Intercom, 2012. p. 307-334.

MATTELART, Michèle. *Mujeres e industrias culturales*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1982.

MORENO, Carmen. Prólogo. Las herramientas que necesitamos. *In*: BABIKER, Sarah; CHAHER, Sandra; SPINETTA, Ana B. (org.). *Comunicación, género y derechos humanos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones, 2016.

MORENO, Rachel. *A imagem da mulher na mídia*: controle social comparado. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

_____. La mujer y los medios en Brasil. *In*: CHAHER, Sandra (org.). *Políticas públicas de comunicación y género en América Latina*: un camino por recorrer. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2014.

RODAL, Asunción Bernárdez. *Mujeres en medio(s)*: propuestas para analizar la comunicación masiva con perspectiva de género. Espanha: Editorial Fundamentos, 2015.

VIEIRA, Vera; MELO, Jacira. Mulheres fazem a diferença na Confecom. *GenderIT.org*, [s. l.], 2010. Disponível em: https://www.genderit.org/es/resources/mulheres-fazem-diferen%C3%A7a-na-confecom. Acesso em: 25 fev. 2017.